



FEDERAÇÃO
DE ANDEBOL
DE PORTUGAL

www.fpa.pt

RELATÓRIO E CONTAS EXERCÍCIO ANO 2012



FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE
Portugal

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

Índice

- 1 – Convocatória para a Assembleia Geral.**
- 2 – Relatório da Direcção.**
- 3 – Balanço.**
- 4 – Demonstração dos Resultados.**
- 5 – Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.**
- 6 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.**
- 7 – Demonstração dos Resultados por Funções.**
- 8 – Demonstração dos Fundos Patrimoniais.**
- 9 – Mapas de Subsídios aos Clubes e Associações Regionais.**
- 10 – Mapa de Análise Financeira.**
- 11 – Certificação Legal das Contas.**
- 12 – Relatório do Conselho Fiscal.**

Relatório e Contas 2012

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

1

Convocatória para Assembleia Geral

Relatório e Contas 2012



FEDERAÇÃO
DE ANDEBOL
DE PORTUGAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos artigos 54, n.º 1 a), 57, n.º 1, c), 58.º, n.º 1 e 2, 59.º, 60.º, 61.º, n.º 1 dos Estatutos da Federação de Andebol de Portugal, convoco a Assembleia Geral Ordinária da Federação de Andebol de Portugal, para reunir pelas **10 horas** do próximo dia **23 de Março de 2013**, no **Palace Hotel Monte Real**, sito na Rua de Leiria, Apartado 2426-909 em Monte Real – **Leiria** [sala Monte Real], com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: *Apreciar e votar o Relatório e Contas do Exercício do ano de 2012.*

Mais se avisam os sócios que, se à hora acima indicada não comparecer a maioria do número legal dos seus membros, a Assembleia reunirá no mesmo local e para os mesmos fins pelas 10 horas e 30 minutos, deliberando então validamente com qualquer número de sócios presentes.

Lisboa, 8 de Março de 2013

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

(Pedro Maria Cardoso Gonsalves Mourão)

Anexo: *CD Rom incluindo:*

- *Mapa de Delegados da Assembleia Geral, designados / eleitos para a presente época desportiva 2012/2013, nos termos e para os efeitos dos artigos 49º n.º 2, 50º n.ºs 1, 2 e 3 dos Estatutos da Federação e Artºs 3º, 26º e 27º do Regulamento Eleitoral;*
- *Composição da Assembleia Geral da Federação 23.3.2013, nos termos do disposto no 49º n.º 2, 50º n.ºs 1, 2 e 3 dos Estatutos da Federação e Artºs 3º, 26º e 27º do Regulamento Eleitoral;*
- *Relatório e Contas do Exercício de 2012;*
- *Relatório Desportivo do ano de 2012*

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

2

Relatório da Direcção

Relatório e Contas 2012

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

Exmos. Senhores,

Conforme as disposições legais e estatutárias, apresenta-se no presente documento o Relatório de Direcção do ano 2012 assim como o Balanço e a Demonstração dos Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração de Fluxos de Caixa e respectivos Anexos, bem como a Certificação Legal de Contas e o Parecer do Conselho Fiscal do Período.

1. BALANÇO DAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS E DO DESENVOLVIMENTO

1.1 Notas Introdutórias

O país e o mundo enfrentaram no ano de 2012 uma situação financeira muito delicada, com naturais implicações para as pessoas e para todas as organizações e instituições.

A actividade desportiva, e em particular o Andebol, não é excepção, e temos assistido nos últimos anos a uma redução da alocação de recursos financeiros públicos e privados, a qual promete alterar o paradigma da gestão que tem sido desenvolvida ao longo dos últimos anos.

Esta conjuntura exige ao Andebol português e naturalmente à Federação de Andebol de Portugal (FAP) uma postura atenta, responsável, proactiva e inovadora, na busca de novas soluções que garantam o sucesso e o desenvolvimento da modalidade, de acordo com o seu estatuto e prestígio.

Às circunstâncias descritas acresceram no ano de 2012 vicissitudes internas várias que se traduziram em quatro (4) períodos de gestão, tais como, até Fevereiro de 2012, com a Renúncia do Presidente; a entrada num período de gestão corrente e transitória até ao Acto eleitoral intercalar, que veio a realizar-se em 31 de Março de 2012, onde foi eleito Presidente o Dr. Ulisses Pereira, com mandato determinado no tempo até ao final do ano; e a realização, em 10 de Novembro de 2012, da Assembleia Geral Eleitoral que elegeu os corpos sociais da Federação para o mandato coincidente com o ciclo olímpico de 2012 a 2016, em curso.

Tais vicissitudes acarretaram um esforço acrescido na organização e funcionamento das actividades sociais, desportivas e financeiras da Federação.

1.2 Objectivos, estratégia e medidas adoptadas

Não obstante, foram definidas como objectivos consolidar a mudança e centrar a Federação na sua vocação, promover a proximidade entre todos os agentes da modalidade, dar voz e responsabilidade às associações regionais, às associações de classe e aos clubes, para um projecto comum a favor do desenvolvimento do Andebol a todos os níveis, adequar as decisões da FAP em função das condições financeiras actuais e desenvolver uma cultura de inovação forte, centrada nas prioridades da modalidade.

Assim, foram desenvolvidas e executadas durante o ano de 2012 medidas emblemáticas que se traduziram na implementação de um “Tempo Novo” na modalidade, onde se destacam:

- i) O envolvimento de figuras de referência da modalidade no dia-a-dia da Federação (dirigentes, treinadores, jogadores e ex-jogadores, técnicos, médicos, membros do Conselho Consultivo);
- ii) A auscultação prévia das associações regionais e dos clubes para a tomada das decisões mais relevantes para a modalidade;
- iii) O reforço da relação com as associações regionais e de classe (ANCANP, APAOMA, AJAP e ATAP);
- iv) O reforço da presença de Portugal nos órgãos dirigentes da EHF (Federação Europeia de Andebol), que conta desde Junho com a maior representação de sempre, tendo elegido três elementos, um acréscimo de 50%;
- v) A candidatura e atribuição da organização do Campeonato da Europa de Sub-19, que terá lugar em 2015 e que constituirá um marco importante no desenvolvimento do projecto de valorização do Andebol Feminino em Portugal;
- vi) A reestruturação do passivo de curto prazo, transformando-o em longo prazo (12 anos), através de uma operação de leasing imobiliário levada a cabo junto do Banco Millennium BCP, um dos parceiros da Banca da Federação e que conjuntamente com o Banco Popular SA desempenham e desempenham um papel vital na estabilização e viabilidade financeira da Federação e asseguram a manutenção e continuidade das actividades desportivas e sociais da Federação;
- vii) O pagamento de todas as dívidas a árbitros e associações regionais, bem como a redução substancial das dívidas e o estabelecimento de acordos de pagamento com fornecedores;
- viii) O apoio aos clubes na reestruturação dos seus débitos à FAP, garantindo a continuação da sua actividade desportiva;
- ix) O ajustamento dos quadros competitivos à realidade financeira e desportiva que os clubes vivem;
- x) A valorização contínua do Andebol Feminino;
- xi) A Revisão dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral e demais regulamentos estruturantes que conferem à Federação o estatuto de exemplo no seio e âmbito do movimento desportivo Português;

Tendo sido desenvolvida uma estratégia que assentou, entre outros, nos seguintes pilares, uns já com desenvolvimento sustentado, outros ainda em fase embrionária:

- i) Ao nível do movimento Associativo, valorizando a cooperação, participação e mobilização de vontades e competências como desígnio da Família do Andebol, na valorização das competências e aumento das responsabilidades das associações regionais como parceiros de eleição e no estabelecimento de Protocolos com as associações regionais, ANCANP, APAOMA; AJAP e ATAP;
- ii) Ao nível desportivo, implementando, em conjunto com as associações regionais, acções para a captação de novos árbitros, tendo em conta a sua formação e desenvolvimento; Aprofundando o trabalho de parceria com autarquias, escolas e agrupamentos, reforçando a eficiência do Andebol no desporto escolar, a qualidade dos métodos de trabalho e a visibilidade obtida; aprofundar o trabalho das Selecções Regionais e Inter-regionais através da criação de competições nos escalões de Infantis e Iniciados, masculinos e femininos; privilegiar a PO9 nas transmissões através do portal da FAP, bem como incluir outras provas; Introdução da modalidade “Andebol Social” e desenvolvimento e implementação do projecto “Andebol.TV” como uma ferramenta importante para aumentar a visibilidade da modalidade;
- iii) Ao nível dos quadros competitivos, realizados os ajustamentos, importa garantir a estabilidade dos quadros competitivos no decurso dos próximos quatro anos, conjugando a elevação e a manutenção dos níveis qualitativos com a razoabilidade dos custos;
- iv) Ao nível do Andebol de Praia, a consolidação da organização dessa variante e o aumento da sua visibilidade, desenvolvendo um plano integrado para quatro anos, com objectivos claros e quantificáveis;
- v) Ao nível do Alto Rendimento, foi enquadrado o trabalho das Selecções Nacionais com o trabalho dos clubes, em articulação com as novas equipas técnicas nacionais; e lançadas as bases dos “Centros de Treino Regionais”, que possam integrar o trabalho das respectivas selecções, para a valorização do papel das associações regionais como agentes importantes na vertente do alto rendimento;
- vi) Ao nível da Comunicação e Imagem, uma vez mantidas as marcas chave do Andebol português, tentou-se angariar novos patrocinadores institucionais, inovar e alargar a implementação, a nível nacional, da “Marca Andebol”, como forma de valorização, mobilização e geração de visibilidade e atractividade, assegurando o reforço permanente da ligação da FAP com todos os Órgãos de

Comunicação Social, de forma a manter uma presença forte, que potencie o prestígio e a visibilidade do Andebol português; a abertura da época desportiva com a “Gala do Andebol”, associando este evento a outras iniciativas que possam reunir os vários agentes da modalidade; a preparação das iniciativas a desenvolver para dinamizar a celebração do “75º Aniversário da Federação de Andebol de Portugal” e a publicação do livro “A História do Andebol em Portugal”;

vii) Ao nível da Responsabilidade Social, foram aprofundados os projectos em curso, nomeadamente o “Andebol para cidadãos portadores de deficiência” e o “Andebol para cidadãos privados de liberdade”, de onde se destacam as seguintes acções:

- Assinatura de um Protocolo com a Anddi (Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual), que em traços largos define a responsabilidade de cada Entidade para o desenvolvimento do Andebol nesta área, ficando a Federação com a responsabilidade da Formação de Agentes das Acções de formação/sensibilização e apoio, através de Contrato Programa, às actividades, cujas realizações são da responsabilidade da Anddi;
- Contactos e reuniões com as Associações de Deficiência Motora para a preparação da futura organização de Actividades de ACR7 e ACR4;
- Nova estruturação das Acções de Formação/Sensibilização, que até aqui eram apenas dirigidos para a Deficiência Motora e passam agora também a abranger a Deficiência Intelectual;
- Várias Acções de promoção e demonstração de actividades de ACR e Andebol Adaptado para Deficiência Intelectual (Dia Paralímpico, Praça da Batalha, Praça da Cordoaria, APD Lisboa, Acções Experimentais Deficiência Intelectual – Guimarães, Batalha, Gaia e Vieira do Minho);
- Reestruturação e alargamento da nossa intervenção nos Estabelecimentos Prisionais com o Andebol para Cidadãos Privados de Liberdade, através de um conjunto de reuniões com a DGSP e com técnicos para dar cobertura a todos os estabelecimentos aderentes ao projecto – 12 no total;

viii) Finalmente ao nível da Formação, a Federação manteve o nível elevado de acções e actividades, das quais se destacam:

- Módulos do Curso de Master Coach/Grau 4: Nos dias 30 de Junho e 1 de Julho de 2012 a Federação organizou o penúltimo módulo da Componente Geral do Curso de Master Coach/Grau 4 dividido pelas 3 turmas em 3 locais diferentes: Guimarães - 61 treinadores; Anadia – 43 treinadores; Lisboa – 45 Treinadores;

- Congresso Técnico-Científico de Andebol: Nos dias 23 e 24 de Junho de 2012 a Federação organizou o 9º Congresso Técnico-Científico de Andebol em Lisboa, em parceria com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Este evento contou com a participação de 3 prelectores internacionais e 5 prelectores nacionais. Estiveram presentes 183 treinadores;
- Formação de Professores de Educação Física: A Federação assinou protocolo com 9 Centros de Formação abrangendo os distritos de Viseu, Guarda e Vila Real. Através desses protocolos foram organizadas 14 acções de formação creditadas para Professores de Educação Física. Estas acções abrangeram cerca de 350 Professores de Educação Física;
- 3º Congresso Internacional Handball Project - "Andebol, novas tendências de treino": A Federação apoiou o Handball Project na organização deste evento que se realizou nos dias 6 e 7 de Julho de 2012 no auditório do Instituto Superior da Maia. Este evento contou com a participação de 2 prelectores internacionais e 3 prelectores nacionais. Estiverem presentes 96 treinadores;

1.3 Destaques da Actividade Desportiva do Ano de 2012

1.3.1 Actividade desportiva no geral

O ano de 2012 foi particularmente intenso nas actividades desenvolvidas, concretizando-se o programa previsto apesar da conjuntura económica e social do país e da capacidade económica e financeira da Federação e Associações, mas particularmente dos Clubes,

Foram, não obstante, cumpridos todos os objectivos propostos nas várias vertentes fundamentais de processo de desenvolvimento da modalidade:

- Programa de competições nacionais e regionais, em todos os escalões masculinos e femininos, com assinalável êxito de participação, melhoria da qualidade e exposição pública das competições;
- Garantia de participações em todas as competições internacionais oficiais para os escalões jovens e seniores, a nível europeu, mundial e do mediterrâneo;

- Participação e organização de um número elevadíssimo de competições internacionais de alta qualidade, com parceiros dos países mais evoluídos do mundo;
- Desenvolvimento do programa muito exigente do Alto Rendimento e Selecções Nacionais, com estágios e acompanhamento técnico regular e permanente da sua evolução física, escolar e técnica em todos os escalões;
- Desenvolvimento do programa de formação de técnicos, dirigentes, árbitros e agentes desportivos, de modo a garantir a maior eficácia da organização e assegurar a certificação da qualidade dos voluntários e profissionais;
- Desenvolvimento de contratos-programa com as Associações, de modo a garantir a melhor aplicação dos meios disponíveis e garantir o reforço da implementação do andebol em todos os distritos e concelhos do país;
- Cumprimento e execução integral dos Contratos – Programa celebrados com IPDJ, IP;
- Desenvolvendo programas especiais de cooperação para a divulgação da modalidade com as entidades públicas e privadas, onde se incluem iniciativas para a inclusão social e com o desporto escolar;
- Promoção de acções de divulgação e protocolos envolvendo Câmaras Municipais, Órgãos de Comunicação Social e Patrocinadores;
- Manutenção de uma vasta actividade de representação internacional em todos os organismos em que estamos filiados (IHF, EHF e MHC), assim como no Comité Olímpico de Portugal e Confederação de Desporto aí fazendo ouvir a nossa voz, dando a nossa melhor colaboração e defendendo os interesses da nossa Federação e filiados.

A vastíssima actividade desenvolvida pela FAP, Associações e Clubes está expressa e diariamente actualizada no portal da FAP, que constitui um instrumento essencial da modalidade na sua organização e divulgação.

Em anexo ao presente Relatório é disponibilizado um CD- Rom com os resultados essenciais da actividade desportiva regular do ano 202, justificando-se apenas alguns destaques, em especial, que se fazem nos pontos seguintes.

1.3.2 Actividades desportivas em especial (Detalhe)

1) Seleccões Nacionais de Seniores

A representação internacional da nossa modalidade é um elemento essencial da afirmação e a montra da qualidade do trabalho desenvolvido, tendo-se dado continuidade à aposta da nossa visibilidade a nível internacional, sabendo que só assim projectaremos a modalidade para um patamar mais elevado.

Assim, quanto à **Seleccção Nacional de Seniores Masculina** continuou o seu programa de trabalhos, no sentido de assegurar a participação nas fases finais do Campeonato da Europa e do Campeonato do Mundo.

Tendo em vista o apuramento para as fases finais do Campeonato do Mundo (ESP 2013) e para o Campeonato da Europa (DIN 2014), para além dos vários estágios de preparação a Seleção Nacional de Seniores Masculinos participou em Torneios Internacionais de alto nível.

O programa de trabalhos previsto foi cumprido com rigor, com vários estágios e participações em torneios internacionais, sendo unanimemente reconhecido que a nossa jovem selecção está a atingir níveis de maturidade e capacidade competitiva que a aproxima de forma segura das melhores selecções do Mundo, tentando sempre fazer um maior número de jogos internacionais de preparação e em que os resultados foram bastante positivos, dando-nos uma perspectiva muito optimista desta Seleccção.

As qualificações europeias são reconhecidamente competições muito difíceis, pois o nível de Andebol Europeu é o melhor do Mundo e a maioria das seleções têm elevado nível competitivo.

Na qualificação para o Campeonato do Mundo 2013 ficámos em 1º do grupo, deixando para trás a Turquia e a Ucrânia.

Depois de termos garantido a qualificação para o Play-Off, defrontámos a carismática Seleccção da Eslovénia, que ficou em 6º no Europeu de 2012 e, mais recentemente, em 4.º lugar no Mundial de 2013, realizado no passado mês de Janeiro.

Portugal prossegue assim o seu caminho com muita dignidade, pois já demonstrou, pelos resultados obtidos neste percurso, que continuando o seu trabalho, juntando a juventude á experiência, o sucesso será garantido.

Eis o quadro de resultados:

Qualificação para o Campeonato do Mundo - Espanha 2013

- Janeiro:

Portugal – Turquia, 35-22 (16-14) - Portugal (Lamego)

Turquia – Portugal, 26-34 (16-16) - Turquia (Mersin)

Ucrânia – Portugal, 21-25 (7-12) – Ucrânia (Zaporozhye)

Portugal – Ucrânia, 27-26 (15-13) – Portugal (Espinho)

- Junho:

Eslovénia – Portugal, 31-26 (11-10) – Eslovénia (Ljubljana)

Portugal - Eslovénia, 26-27 (08-13) - Portugal (Guimarães)

Bring Cup 2012 (Bodo, Noruega) – 3º lugar

- Abril

Portugal - Rússia, 21-28 (12-12)

Noruega - Portugal, 35-29 (13-13)

Eslováquia - Portugal, 26-26 (13-16)

Qualificação para o Campeonato da Europa - Dinamarca 2014 (a decorrer)

- Novembro:

Espanha - Portugal, 34-20 (16-9) - Espanha (Sevilha)

Portugal - Macedónia, 32-25 (18-13) - Portugal (Espinho)

Torneio Internacional de Doha (Qatar) – 1º lugar

- Dezembro

1.ª jornada:

Qatar-Suíça, 29-23

Portugal- Egito, 30-27

2.ª jornada:

Portugal-Qatar, 27-24

Egito-Suíça, 25-25

3.ª jornada.

17.00 h. - Portugal-Suíça, 33-27 (19-16)

20.00 h. -Egito-Qatar, 24-22 (8-10)

CLASSIFICAÇÃO

1.º Portugal, 6 pts.

2.º Egito, 3 pts.

3.º Qatar, 2 pts.

4.º Suíça, 1 pt.

Já quanto á **Seleção Nacional de Seniores Feminina** cumpriu também o programa de trabalhos previstos, de forma regular.

Na competição oficial, mais uma vez, a sorte não nos foi favorável ao colocar no caminho da nossa selecção fortes selecções mundiais, que não deixaram muito espaço para o desejado êxito.

As nossas adversárias na qualificação, Servia e Roménia, neste Europeu (2012) ficaram em 4º e em 10º respectivamente.

Eis o quadro de resultados:

Qualificação do Campeonato da Europa Seniores – Holanda 2012

- Março:

Grécia – Portugal, **18-30 (10-14)** - Grécia (Tessalónica)

Portugal – Grécia, **31-23 (17-15)** - Portugal (Moimenta da Beira)

- Maio:

Portugal - Roménia, **24-35 (13-20)** – Portugal (Moimenta da Beira)

- Junho:

Sérvia - Portugal, **37-21 (21-9)** – Sérvia (Novi Sad)

Classificação geral - Grupo 2

1º - Roménia, 10 pontos

2º - Sérvia, 10 pontos

3º - Portugal , 4 pontos

4º - Grécia, 0 pontos

Qualificação Europeia Campeonato do Mundo Seniores Femininos - Sérvia 2013

- Outubro:

Portugal - Turquia, **38-36 (20-17)** – Portugal (Anadia)

- Novembro:

Azerbaijão - Portugal, **27-23 (17-13)** – Azerbaijão (Baku)

Portugal – Azerbaijão, **31-26, (15-11)** – Portugal (Seixal)

- Dezembro:

Turquia – Portugal, **35-26 (21-12)** – Turquia (Ankara)

Classificação Geral - Grupo 4

1º - Turquia (4 jogos, 6 pontos)

2º - Portugal (4 jogos, 4 pontos)

3º - Azerbaijão (4 jogos, 2 pontos)

2. Selecções Nacionais Juniores “A”

Nesta categoria, que representa a afirmação dos nossos melhores atletas de futuro, estão concentradas as mais fortes esperanças e perspectivas.

O Trabalho realizado nos últimos anos têm dado resultados evidentes, quer em masculinos quer em femininos.

É preciso sublinhar, mais uma vez que, mais que os resultados competitivos, o que é essencial é que se formem atletas e desportistas capazes de integrarem a nossa Selecção A e serem a estrutura que garanta êxitos aos nossos Clubes.

Nesse sentido e embora aparentemente os resultados finais obtidos não correspondam às legítimas aspirações que tínhamos, em função da qualidade das nossas equipas, podemos afirmar que os objetivos foram atingidos.

A Selecção Nacional de Juniores “A” Masculinos tem sido um “cliente frequente” nas fases finais de Campeonatos Europa (6 vezes) e Mundo (6 vezes). Tendo mais uma vez assegurado a sua qualificação, desta feita para a fase final do Campeonato Europa Turquia 2012, ficando em 1º do seu grupo.

Mais uma vez, embora não tenhamos ficado no pódio, alcançamos um honroso 5º lugar e ainda o nosso atleta Rui Silva teve o prémio de melhor marcador do Campeonato.

Na fase grupos ficou em 1º do grupo, batendo a Croácia (que viria a ser a Vice-Campeã) e a Polónia e empatando com a Espanha, passando ao Main round, onde desta vez perdeu com a Espanha (que viria a ser a Campeã) e venceu a Noruega.

Portugal joga então a ronda de classificação final (1º - 8º), ganha à Suíça após 2 prolongamentos e livre 7 metros e assim vai disputar o 5º e o 6º lugar contra a Noruega e sai vencedora, conseguindo o 5º lugar, conseguindo assim manter o sucesso que é uma recompensa natural do esforço, trabalho e dedicação.

Eis o quadro de resultados:

Torneio 4 Nações – Portugal (Porto) – 2º lugar

- Janeiro:

Portugal-Espanha, 24-24 (12-10)

Portugal-Alemanha, 26-25 (15-11)

Portugal-França, 28-31 (14-16)

Qualificação Campeonato Europa Masculinos Turquia 2012 - Sub 20

- Abril:

Portugal : Eslováquia, 31-21 (15-12) – Hungria (Gyor)

Bulgária : Portugal, 12-30 (5-16) – Hungria (Gyor)

Eslováquia : Bulgária, 35-18 (15-11) – Hungria (Gyor)

Classificação

1º - Portugal, 4 pontos

2º - Eslováquia, 2 pontos

3º - Bulgária, 0 pontos

Campeonato Europa Masculinos Turquia 2012 - Sub 20

Fase Grupos:

05.07.12 - Croácia : Portugal, 23-28 (12-16)

06.07.12 - Portugal : Polónia, 32-29 (14-17)

08.07.12 - Portugal : Rússia, 32-32 (19-17)

Main – Round

10.07.12 - Espanha-Portugal, 27-17 (13-9)

11.07.12 - Noruega-Portugal, 25-30 (13-19)

Ronda de classificação final (1º - 8º)

13.07.12 – 5º/8º lugar - Portugal-Suíça, 45-44 (18-13) após dois prolong. e livres 7 metros

14.07.12 - 5º/6º lugar - Portugal-Noruega, 30-25 (8-13)

Torneio Internacional na Polónia – 2º lugar

- Novembro:

Alemanha : Portugal, 25-21 (14-7)

Polónia : Portugal, 21-28 (10-16)

Portugal : Rep. Checa, 31-25 (14-11)

Hungria : Portugal, 26-26 (15-13)

Torneio 4 Nações – França (Créteil) – 4º lugar

- Dezembro:

Portugal : Espanha, 37-21 (21-11)

Portugal : Suíça, 23-25 (12-12)

Portugal : França , 23-27 (12-13)

3. Selecção Nacional de Juniores “A” Feminina

Cumpriu o seu programa de estágios de preparação e obteve boas prestações nos jogos disputados no Torneio 4 Nações contra os grandes do Andebol Mundial – Alemanha, Espanha e França.

Na qualificação para o Campeonato do Mundo sub.20, disputado na Hungria venceram a Grécia e perderam com a Hungria, num jogo muito disputado, e a Espanha. De notar que estas duas Selecções são frequentes nas fases finais dos Mundiais e Europeus da sua categoria.

Eis o quadro de resultados:

Selecção Nacional Juniores “A” Femininos

Torneio 4 Nações

- Março – Mondim de Basto, Portugal – 4º Lugar

- Portugal : Alemanha, 23-26 (11-13)
- Espanha: Portugal, 22-21 (12-11)
- Portugal: França, 19-28 (9-13)

Qualificação Campeonato do Mundo Rep. Checa– Sub20

- Abril – Gyor (Hungria) – 3º Lugar

- Portugal : Israel, 41-13 (25-6)
- Hungria : Portugal, 28-23 (15-9)
- Espanha : Portugal, 34-22 (19-9)

4. Selecção Nacional de Juniores “B”

Para estas Selecções mais jovens o ano de 2012 foi um ano morno a nível de atividades.

A Selecção Nacional de Juniores “B” Masculinos antes da qualificação participou no Campeonato do Mediterrâneo, em que conseguiu um brilhante 2º lugar em jogo bem disputado vs Espanha.

Esta Selecção não conseguiu a qualificação para o Europeu sub.18 na Áustria 2012, num grupo de 3, que só se qualificava uma Selecção e ficámos em 2º. Em termos desportivos perdemos um jogo vs Lituânia e empatamos vs o anfitrião, Finlândia.

Foram jogos bem disputados, com resultados equilibrados e que serviram para dar mais experiência internacional aos nossos jovens.

Eis o quadro de resultados:

Seleção Nacional Juniores “B” Masculinos

9º Campeonato Masculino do Mediterrâneo

- Fevereiro – Lagoa (Portugal) – 2º Lugar (9 países):

Grupo A

20.02.12 - Portugal : Líbia, 32-17 (10-2, 8-7, 14-8)

21.02.12 - Portugal : Turquia, 24-18 (8-4, 11-5, 5-9)

22.02.12 - Egito : Portugal, 23-23 (6-9, 9-10, 8-4)

Main Round – 1º ao 6º lugar

23.02.12 - Portugal : Tunísia, 19-14 (7-5;6-3;6-6)

23.02.12 - Grécia : Portugal, 10-16 (3-7, 2-4, 5-5)

24.02.12 - Portugal : Espanha, 25-22 (4-9, 10-6, 11-7)

Jogos de classificação final

25.02.12 - Final 1º/ 2º - Espanha : Portugal, 19-31 (4-10; 9-13; 6-8)

Qualificação Campeonato da Europa Áustria 2012 – Sub18

- Março – Finlândia (Helsínquia) – 2º lugar:

- Lituânia : Portugal, 24-31 (9-14)

- Portugal : Finlândia, 24-24 (14-10)

5. Seleção Nacional de Juniores “B” Feminina

A Seleção Nacional de Juniores “B” Femininas teve uma época regular em estágios de preparação, mas sem jogos/torneios internacionais. Os estágios intensificaram-se mais no final da época de 2011-12, sendo que esta Seleção foi repescada, atento ranking de Portugal, para a Fase Final do Campeonato do Mundo sub.18 2012, disputada no Montenegro.

Sendo uma equipa muito jovem bateu-se com muita dignidade. Apanhando na fase preliminar Seleções muito fortes. Contra Angola e Brasil, jogos muito disputados até ao final, e contra o Japão e a Noruega, embora os resultados fossem mais dilatados tivemos uma prestação bastante digna.

Destaque, ainda, para a vitória conseguida no Campeonato do Mediterrâneo, vencendo na final a Selecção de Montenegro, uma das maiores potências do Andebol Feminino.

Eis o quadro de resultados:

Seleção Nacional Juniores “B” Femininos

Campeonato do Mundo Montenegro 2012 – Sub18

- Agosto – Montenegro (Bar / Podgorica) – 19º Lugar

Fase Preliminar - Grupo D (Bar)

16.08.2012 – Angola : Portugal, 30-29 (15-12)

17.08.2012 – Portugal : Brasil, 25-27 (15-18)

19.08.2012 – Japão : Portugal, 33-26 (12-14)

20.08.2012 – Portugal : Noruega, 26-41 (10-23)

Jogos de Classificação - 17º-20º

23.08.12 - Uruguai : Portugal, 31-29 (20-14)

24.08.12 - Paraguai : Portugal, 16-26 (6-12)

8º Campeonato do Mediterrâneo

- Novembro – Israel (Eilat) – 1º Lugar (Medalha de Ouro)

- Azerbaijão : Portugal, 9-40 (2-13; 5-14; 2-13)

- Portugal : Chipre, 39-11 (14-3; 10-6; 15-2)

- Israel : Portugal, 15-37 (4-17; 7-8; 4-12)

- Portugal : Itália, 28-12 (8-3, 9-3, 11-6)

- Montenegro : Portugal, 17-17 (5-7; 6-3; 6-7)

- Portugal : Chipre, 45-8

- Portugal : Israel, 39-14 (12-4; 18-5; 9-5)

- Final - Portugal : Montenegro, 27-26

1.4 Desenvolvimento Regional

Sem se pretender ser exaustivo merecem destaque alguns dados estatísticos que marcam a forte implementação do andebol a nível nacional e a capacidade de resistência às dificuldades dando apesar disso a demonstração de um evidente progresso e sustentabilidade.

Deste modo é notável que na época de 2011/12 o número de atletas inscritos atingiu os 40 454 com uma forte influência dos escalões de formação resultantes dos programas de promoção e desenvolvimento regional.

O mesmo acontece com os atletas envolvidos em competições regulares que atingiram os 18 138.

Neste último caso verifica-se que várias associações ultrapassaram os mil atletas representando uma estrutura associativa muito sólida.

As metas de implantação e desenvolvimento são muito ambiciosas para a presente época desportiva prevendo-se um crescimento continuado de todas as associações, em particular nos escalões de formação como resultado dos protocolos em curso e da cooperação com diversas entidades em particular com as escolas.

Igualmente é de realçar o facto de várias associações continuarem a contribuir com atletas para as diferentes seleções nacionais o que demonstra que a relação quantidade/implementação e qualidade tem tido igualmente um progresso evidente.

2. ANÁLISE DAS CONTAS

2.1 Subsídios do Estado e Outras Entidades Oficiais

A verba atribuída pelo Estado para o desenvolvimento de todas as actividades da Federação de Andebol Portugal foi de 2.542.213 euros, o que representa um decréscimo de 17% face ao ano anterior.

O contrato-programa para o desenvolvimento das actividades regulares foi de 1.280.000 €, ou seja, de montante inferior aos subsídios atribuídos.

2.2 Indicadores Financeiros

Indicamos a seguir alguns dos rácios mais importantes de análise económico financeiro:

INDICADORES	2012	2011	2010
Solvabilidade geral	0,2%	0,2%	0,2%
Liquidez geral e tesouraria líquida	0,8%	0,9%	0,7%
Imobilização de capitais próprios	0,4%	0,3%	0,3%
Imobilização de capitais permanentes	0,6%	0,5%	0,5%
Fundo circulantes totais	0,5%	0,5%	0,4%

Após comparação dos rácios face ao período anterior, podemos concluir que, a solidez económica e financeira da Federação mantém-se estável face a igual período do ano anterior, tendo mesmo melhorado os valores das imobilizações de capitais próprios e permanentes.

De acordo com a actividade da Federação o rácio da solvabilidade assume um valor razoável, o qual se tem mantido estável.

O fundo de maneio da Federação de Andebol de Portugal situou-se nos 0,5 pontos percentuais, ou seja, 50% do activo diz respeito a Activos não Correntes.

2.3 Gastos

GASTOS	2012	%	2011	%	2010	%
Administrativos	492.454	9,83	507.986	9,38	507.000	8,48
Desportivos	2.532.276	50,59	2.788.483	51,68	3.803.551	63,50
Atividades promocionais	53.738	1,07	112.824	2,08	110.223	1,84
Organizações especiais	98.774	1,97	297.311	5,49	46.362	0,77
Depreciações e Perdas por Imparidade e Provisões	95.762	1,91	189.852	3,50	77.397	1,29
Enquadramento Técnico	301.433	6,02	339.029	6,26	397.741	6,64
Subsídios Atribuídos	1.430.647	28,58	1.181.440	21,61	1.046.910	17,48
	5.005.084	100,00	5.416.925	100,00	5.989.184	100,00

De realçar, o substancial aumento dos subsídios atribuídos, mais 21,1% do que em 2011.

2.4 Rendimentos

PROVEITOS	2012	%	2011	%	2010	%
Rendimentos Federativos	1.290.539	25,66	1.351.301	25,01	1.174.640	19,60
Organizações Especiais	46.151	0,92	41.663	0,77		
Rendimentos Estatais	2.542.213	50,54	3.063.185	56,70	3.251.035	54,26
Outros Ganhos	1.151.056	22,88	945.950	17,52	1.566.236	26,14
	5.029.959	100,00	5.402.099	100,00	5.991.911	100,00

Como consequência da diminuição dos apoios do Estado (-520.827 euros do que em 2011) foi substancialmente reduzida a dependência da Federação de Andebol de Portugal desses mesmos subsídios.

2.5 Resultados do Exercício

Os resultados operacionais foram positivos em 31.098 euros, o que representa um crescimento de 36,9% face ao ano anterior.

O resultado líquido da Federação de Andebol de Portugal foi positivo em 13.124 euros depois de constituída provisão para IRC no valor de 11.751 euros.

O montante do resultado líquido apurado será aplicado no reforço do Fundo Social.

3. AGRADECIMENTOS

Um ano de imensa e exemplar actividade justifica o justo agradecimento às entidades públicas e privadas, aos colaboradores e parceiros da Federação, sem os quais não teria sido possível obter os êxitos e resultados desportivos que se registaram.

Assim, aqui fica o nosso agradecimento:

1. Às entidades da tutela, em particular à Secretaria de Estado do Desporto, bem como ao IPDJ, IP que de forma permanente nos deram um apoio essencial à concretização das actividades da Federação;
2. Ao Comité Olímpico de Portugal e ao seu presidente, Comandante José Vicente de Moura;
3. À Confederação de Desporto de Portugal e ao seu presidente Prof. Carlos Paula Cardoso;
4. Às Câmaras Municipais e autarquias que com as parcerias estabelecidas nos deram um contributo essencial à implantação regional do Andebol e ao desenvolvimento de dezenas de ações, torneios e atividades;
5. Às Associações Regionais e às suas direcções e colaboradores que com o seu esforço, dedicação e voluntarismo deram um contributo inestimável ao Andebol;
6. À Associações de agentes desportivos, ANCANP, APAOMA, ATAP e AJAP, e às suas direcções que com o seu esforço, dedicação e voluntarismo deram de igual modo um contributo inestimável ao Andebol;
7. Aos Clubes e sociedades desportivas, seus dirigentes, treinadores e atletas que foram e são a estrutura base do nosso desporto;
8. Aos Árbitros e demais quadros de Arbitragem que com a sua dedicação deram, de igual modo, um contributo inestimável ao Andebol;
9. Aos parceiros da Federação que nos honraram com a sua confiança e com os quais estabelecemos relações de mutua vantagem e benefícios entre os quais destacamos a Fidelidade Mundial Seguros, Macron, De Royal, Sapo, A BOLA TV; jornal A Bola, Sports Partner;
10. Ao Banco Millenium BCP e ao Banco Popular Portugal, SA bancos que connosco colaboram assegurando um serviço e apoio essencial às actividades desportivas e sociais da Federação;
11. Aos órgãos de comunicação social cuja participação é essencial na divulgação e informação da modalidade assim como na inestimável e permanente participação;

12. Por fim, a todos os colaboradores, técnicos, árbitros e funcionários da Federação e Associações que com o seu esforço e dedicação garantiram o cumprimento dos nossos objetivos nas áreas da sua competência e a qualidade das organizações e realizações.

Lisboa, 6 de Março de 2013

A Direcção

Presidente Ulisses Pereira

Vice-presidente Augusto Silva

Vice-presidente Ricardo Andorinho

Vice-presidente Henrique Silva

Vice-presidente Juliana Sousa

Director Eduardo Coelho

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

3

Balanço

Relatório e Contas 2012

BALANÇO INDIVIDUAL
Dezembro 2012

		Montantes expressos em EURO	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	6	907.843	1.177.896
Participações financeiras	7	100.000	100.000
		1.007.843	1.277.896
Activo corrente:			
Entidades Federadas.....	8	831.646	816.455
Adiantamentos a fornecedores.....	14	1.859	3.159
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros.....	28	158.248	2.088
Outras contas a receber.....	9	588.361	820.812
Diferimentos.....	10	615.161	259.215
Caixa e depósitos bancários.....	4	142.209	32.866
		2.337.484	1.934.595
Total do Activo		3.345,327	3.212.491

BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2012

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS		NOTAS	PERÍODOS	
			2012	2011
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais:				
Fundo Social.....	11	425.074	439.910	
Resultado líquido do período.....	30	425.074 13.124	439.910 (14.836)	
Total do Fundo Patrimonial		438.198	425.074	
Passivo				
Passivo não corrente:				
Provisões.....	27	160.000	160.000	
Financiamentos obtidos.....	13,26	509.000		
		669.000	160.000	
Passivo corrente:				
Fornecedores.....	14	1.467.992	1.208.657	
Adiantamentos de Entidades Federadas	8	72.192	291.854	
Estado e outros entes públicos.....	15	27.334	46.281	
Financiamentos obtidos.....	13	24.999	16.864	
Outras contas a pagar.....	16	450.612	498.699	
Diferimentos.....	10	195.000	565.062	
		2.238.129	2.627.417	
Total do passivo		2.907.129	2.787.417	
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		3.345.327	3.212.491	

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

4

Demonstração dos Resultados

Relatório e Contas 2012

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro 2012

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
RENDIMENTOS E GASTOS			
Prestação de serviços conexos c/a actividade.....	17	853.282	334.939
Subsídios doações e legados à exploração.....	18	3.351.014	4.011.431
Fornecimentos e serviços externos.....	19	(695.730)	(250.220)
Gastos c/o pessoal.....	20	(550.147)	(526.003)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	8	(33.179)	(112.845)
Outros rendimentos e ganhos.....	21	823.476	968.049
Outros gastos e perdas.....	22	(3.655.035)	(4.325.630)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		93.681	99.721
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	23	(62.583)	(77.007)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		31.098	22.714
Juros e rendimentos similares obtidos.....	24	2.188	47
Juros e gastos similares suportados.....	25	(8.411)	(37.587)
Resultado antes de impostos		24.875	(14.826)
Imposto sobre o rendimento do período.....	12	(11.751)	(10)
Resultado líquido do período		13.124	(14.836)

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

5

Anexo ao Balanço

e à

Demonstração dos Resultados

Relatório e Contas 2012

Anexo - 2012

1. Identificação da entidade

A Federação de Andebol de Portugal é uma Federação Desportiva de utilidade pública, com sede na Calçada da Ajuda, nºs 63 a 69, em Lisboa, matriculada na C.R.C. de Lisboa sob o número 501361375 e tem por objeto a implementação e organização de atividades desportivas mais concretamente do andebol.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

- 2.1.** As demonstrações financeiras da Federação de Andebol de Portugal foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho e pelo Decreto-Lei nº 36/2011. A normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelo de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações Financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração dos resultados por funções e o anexo, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2012 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2011.

A Federação não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, ao abrigo nº 1 do Artº 8 do Decreto-Lei nº36-A/2011 de 9 de Março.

- 2.2.** Não foram feitas derrogações às disposições do ESNL.

- 2.3.** Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF - ESNL requer que a Direcção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes:

a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condições necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Federação.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Federação procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento Transporte	4
Equipamento Administrativo	3-8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

b) Locações

A Federação classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações Operacionais

Os pagamentos/recebimentos efectuados pela Federação à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações Financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo

c) Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Federação conforme estipula o nº 3 do artº 11 do CIRC.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Federação, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Federação.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em fundos patrimoniais, facto que implica o seu reconhecimento em fundos patrimoniais.

d) Contas a receber

As contas a receber estão mensuradas ao custo sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

e) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa (moeda local e divisas) e em depósitos à ordem, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

f) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

g) Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica.

h) Benefícios dos empregados

A Federação reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respectivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um activo na extensão e que o pré pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

i) Activos e passivos contingentes

A Federação não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

j) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

k) Rédito

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiávelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiávelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia do rédito possa ser fiávelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Federação;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiávelmente mensurada;
- E os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiávelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

l) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

m) Acontecimentos após a data do balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

n) Subsídio do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos como rendimento do período a que dizem respeito conforme estipulado nos contratos programa.

3.3. Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, fundos patrimoniais, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Federação e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Federação é apresentada na Nota 3.2 do anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Federação, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Direcção considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Federação e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Federação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, da deterioração da situação creditícia dos principais devedores e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal da actividade. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Federação, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010). Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Federação, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pela Direcção situações que coloquem em causa a continuidade da Federação.

3.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa:

A demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Federação classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1. A 31 de Dezembro de 2012 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2. A rubrica da caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Depósitos à Ordem	142.208,64€	32.866,12€
Santander Totta	4.462,48€	17.307,95€
BPI	6.654,40€	9.467,76€
BCP	29.782,75€	5.513,72€
Montepio Geral		576,69€
Banco Popular	101.309,01€	
	142.208,64€	32.866,12€

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não existem.

6. Activos fixos tangíveis:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Edifícios e outras construções	1.069.895,80€	1.709.647,44€
Equipamento básico	82.539,06€	82.539,06€
Equipamento de transporte	34.706,57€	24.018,22€
Equipamento administrativo	346.049,66€	337.577,58€
	1.533.191,09€	2.153.782,30€
Depreciação Acumulada e Imparidade		
Depreciação do período	62.583,36€	77.007,11€
Depreciação acumulada de períodos anteriores	562.764,78€	898.878,91€
Perdas por imparidade do período	0,00€	0,00€
Perdas por imparidade de períodos anteriores	0,00€	0,00€
	625.348,14€	975.886,02€
Valor líquido contabilístico	907.842,95€	1.177.896,28€

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2012, são analisados como segue:

Activos Fixos Tangíveis	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações e Abates	Transferências	Saldo Final
Edifícios e Outras Construções	1.709.647,44€	518.801,57€	-1.158.553,21€		1.069.895,80€
Equipamento Básico	82.539,06€				82.539,06€
Equipamento de Transporte	24.018,22€	10.688,35€			34.706,57€
Equipamento Administrativo	337.577,58€	8.472,08€			346.049,66€
Soma	2.153.782,30€	537.962,00€	-1.158.553,21€		1.533.191,09€
Depreciações Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço	Alienações e Abates	Transferências	Saldo Final
Edifícios e Outras Construções	592.487,21€	17.067,22€	-413.121,24€		196.433,19€
Equipamento Básico	55.020,00€				55.020,00€
Equipamento de Transporte	7.926,00€	10.598,10€			18.524,10€
Equipamento Administrativo	320.452,81€	34.918,04€			355.370,85€
Soma	975.886,02€	62.583,36€	-413.121,24€		625.348,14€
Total	1.177.896,28€				907.842,95€

Durante o período de 2012 o valor referente às alienações e abates ascende a 1.158.553,21€ em virtude de ter existido uma operação de leaseback relativa aos prédios da Calçada da Ajuda 63-69 e do prédio do Alto da Ajuda que originou, nas aquisições, o valor de 518.801,57€ relativo à operação já mencionada.

7. Activos financeiros:

Esta rubrica inclui as participações sociais nas Empresas And Marketing, S.A., no valor de 50.000,00€ e Form And S.A. igualmente no valor de 50.000,00€. Estas participações nas referidas Empresas correspondem a 100,00% dos seus capitais sociais tendo seu valor sido mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

8. Entidades Federadas:

A rubrica de entidades federadas é analisada como segue:

(valores em euros)		
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Entidades Federadas	1.188.112,96€	1.139.743,04€
	1.188.112,96€	1.139.743,04€
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	33.178,94€	112.845,12€
Perdas por imparidade de períodos anteriores	323.287,65€	210.442,53€
	356.466,59€	323.287,65€
Valor líquido contabilístico	831.646,37€	816.455,39€

A variação nesta rubrica em cerca de 4% face a 2011 deve-se à actual conjuntura económica verificada em Portugal. A crescente dificuldade em cobrar dívidas vencidas motivou a necessidade de ajustar o prazo de recebimentos.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Const./Reforço	Reversões	Saldo Final
Perdas por Imparidade				
Entidades Federadas	323.287,65€	33.178,94€		356.466,59€
	323.287,65€	33.178,94€		356.466,59€

9. Outras contas a receber:

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
IDP	215.500,05€	546.000,00€
Adiantamentos a colaboradores	34.916,95€	70.023,12€
Árbitros Alto Rendimento	29.233,95€	58.033,36€
Municípios	51.746,00€	58.750,00€
Outros	45.094,41€	88.005,61€
Comp. Seg. Fidelidade – c/mecenato	195.000,00€	0,00€
PT Comunicações - contrato	16.869,94€	0,00€
Valor líquido contabilístico:	588.361,30€	820.812,09€

As variações mais significativas de outras contas a receber são as seguintes:

- IDP -A variação deve-se ao facto, em 2012, dos valores relativos aos contratos programa existentes terem sido objecto de um maior cumprimento por parte da entidade devedora.
- Comp. Seguros Fidelidade – Valor relativo a mecenato desportivo para os anos 2013 e 2014.

10. Diferimentos:

A rubrica de diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Activo		
Gastos a Reconhecer		
Custos selecções 2012		26.817,28€
Viagens regiões autónomas	130.500,00€	
Seguros desportivos	216.937,03€	224.482,45€
Outros seguros	773,92€	7.914,96€
Qualificação ECH 2014	56.889,86€	
Campeonato ECHW19 2015 - Portugal	625,12€	
Operação leaseback	209.435,03€	
	615.160,96€	259.214,69
Passivo		
Rendimentos a Reconhecer		
Fidelidade 2013/2014 – mecenato	195.000,00€	237.000,00€
Viagens às regiões autónomas		328.062,50€
	195.000,00€	565.062,50€

A variação verificada nesta rubrica, de 2011 para 2012, no valor de 726.007,77€ justifica-se essencialmente do seguinte modo:

- Operação leaseback – 209.435,00€: este valor diz respeito à operação leaseback dos prédios da Calçada da Ajuda e do Alto da Ajuda que será deduzido ao longo do período do contrato conforme NCRF nº 9.

- b) O valor remanescente, 516.572,77€, deve-se à reclassificação das contas motivada pela passagem do POC para a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) passando este valor a constar da conta 27 – Outras Contas a Receber e a Pagar.

11. Fundo Social:

Os movimentos ocorridos no fundo social foram os discriminados no quadro abaixo:

Movimento Fundo Social	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Fundo Social	439.909,81€		14.836,13€	425.073,68€

A variação no fundo social, no valor de 14.836,13€, diz respeito à incorporação do resultado líquido do período anterior.

12. Impostos sobre o rendimento:

O Resultado Líquido do período, positivo, foi de 13.123,66€.

A Federação regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias, quando existem, que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal. Assim sendo existem rendimentos federativos no valor de 54.654,91€ sujeitos a IRC conforme determina o Artº 11 do CIRC.

A taxa efectiva de imposto apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Tributável	54.654,91€	47,80€
Taxa nominal de imposto	21,50%	21,50%
Imposto esperado	11.750,81€	10,29€
Ajustamentos à colecta (ii) – Tributação Autónoma		
Imposto do período (iii)	11.750,81€	10,29€
Taxa efectiva de imposto	21,5%	21,5%

A diferença verificada de 2011 para 2012 deve-se essencialmente ao aumento dos rendimentos não isentos, e, portanto, sujeitos a IRC relativos ao contrato com a PT.

13. Financiamentos obtidos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Não Corrente		
BCP – CNº 10219 – Alto da Ajuda	201.947,99€	
BCP – CNº 10220 - Sede	307.051,87€	
	508.999,86€	
Corrente		
Banco Popular – conta caucionada	12.000,00€	
Leasing viatura	12.999,49€	16.864,92€
	24.999,49€	16.864,92€

O valor apresentado nesta rubrica justifica-se do seguinte modo:

- Banco Popular – O valor de 12.000,00€ diz respeito à utilização de conta caucionada.
- BCP – CNº 10219 Alto da Ajuda – O valor de 201.947,99€ diz respeito ao valor do contrato de leasing proveniente de operação de leaseback já mencionada em vários pontos deste anexo.
- BCP – CNº 10220 Sede – O valor de 307.051,87€ encontra-se inserido na explicação dada na alínea anterior.
- Leasing Viatura - O valor de 12.999,49€ diz respeito a leasing da viatura 06-LU-28.

14. Fornecedores:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Fornecedores c/c		
Gerais	1.467.991,40€	1.208.657,54€
Adiantamentos	-1.858,73€	-3.159,02€
	1.466.132,67€	1.205.498,52€

O aumento, em 2012 no valor de 260.634,15€, no total dos fornecedores é justificado pelo aumento da dívida relativamente ao fornecedor TOP Atlântico Viagens e Turismo face a acordo celebrado, neste período, facilitando a liquidação dos valores em dívida.

15. Estado e outros entes públicos:

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	11.750,81€	
Retenções de imposto sobre o rendimento	3.876,15€	14.608,29€
IVA a pagar	3.154,54€	12.248,19€
Contribuições para a Segurança Social	8.553,37€	19.424,60€
	27.334,87€	46.281,08€

Não existem à data de 31/12/2012 dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos em situação de mora.

As variações mais significativas são as seguintes:

- IRC – O valor de 11.750,81€, já foi analisado no ponto 12 deste anexo.

- IVA a pagar – a redução do montante de IVA a pagar face ao período anterior resulta de um decréscimo de prestações de serviços.
- Os restantes impostos decorrem de actividade normal da Federação e dizem respeito ao IRS e Segurança Social a liquidar em Janeiro de 2013.

16. Outras contas a pagar:

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Corrente		
Pessoal		
Colaboradores	34.759,84€	3.496,01€
Credores por Acréscimos		
Férias + Sub. Férias		80.594,32€
Auditoria		7.044,39€
Contratos Programa	147.415,42€	114.738,76€
Outros Credores		
Outros	199.501,36€	123.993,67€
Encargos Arbitragem	26.317,86€	168.830,66€
RTP	42.617,80€	
	450.612,28€	498.697,81€

As variações mais significativas de Outras Contas a Pagar, do período 2011 para o período 2012, justificam-se essencialmente, pela transição para a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL). Por outro lado, o valor relativo aos encargos com férias passou, em 2012, a ser contabilizado na conta 23 – pessoal.

17. Prestações de Serviços Conexos c/Actividade:

Os serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Serviços Prestados		
Mercado Nacional	853.281,43€	334.939,00€
	853.281,43€	334.939,00€

A variação verificada nesta rubrica deve-se às modificações introduzidas pela normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL). A diferença verificada diz respeito à introdução, em 2012, nesta rubrica de valores relativos as arbitragens que, em 2011, estavam contabilizados noutra rubrica.

18. Subsidio à Exploração:

Esta rubrica apresenta-se como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2012	31-12-2011
IDP	2.542.213,29€	3.063.184,84€
Comparticipações Autárquicas	545.660,50€	750.646,00€
Comité Olímpico de Portugal	68.140,44€	38.000,16€
Mecenato Desportivo	195.000,00€	132.000,00€
Poule Campeonato Europa 2012		27.600,00€
Total	3.351.014,23€	4.011.431,00€

A diminuição verificada nesta rubrica diz respeito à redução das compartições do IDP face à grave crise que o país atravessa.

19. Fornecimentos e serviços externos:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Serviços Especializados	166.306,74€	93.637,88€
Trabalhos Especializados	61.622,13€	62.828,58€
Comunicação e Imagem	27.012,61€	8.770,87€
Vigilância e Segurança		138,00€
Honorários	45.864,06€	
Conservação e Reparação	22.939,10€	21.900,43€
Serviços bancários	8.868,84€	
Materiais	28.164,98€	32.130,52€
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido		972,03€
Livros e Documentação Técnica	615,78€	771,80€
Material de Escritório	12.279,67€	30.386,69€
Impressos Desportivos	15.269,53€	
Energia e Fluidos	11.670,81€	11.551,59€
Electricidade	10.420,34€	9.453,43€
Água	1.250,47€	2.098,16€
Deslocações Estadas e Transportes	123.273,25€	7.167,71€
Deslocações e Estadas	121.147,98€	7.167,71€
Transportes de Pessoal	1.537,82€	
Transportes de Material e Equipamento	587,45€	
Serviços Diversos	366.314,17€	105.732,30€
Rendas de Alugueres		12.188,26€
Comunicação	61.316,44€	68.806,42€
Seguros	226.125,63€	3.404,67€
Despesas c/Viaturas	14.472,49€	
Contencioso e Notariado	54.813,96€	2.305,82€
Limpeza Higiene e Conforto	9.585,65	11.222,33€
Outros Serviços		7.804,80€
Total	695.729,95€	250.220,00€

O aumento do valor total de Fornecimentos e Serviços Externos do período de 2011 para 2012 deve-se essencialmente à modificação provocada pela transição para a normalização contabilística para as entidades não lucrativas (ESNL) que originou a transferência, para esta rubrica, de valores que estavam contabilizados na conta 65 – outros custos e perdas operacionais e na conta 68 – custos e perdas financeiras, que deixaram de existir.

20. Gastos com o pessoal:

A rubrica de Gastos com o Pessoal é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Remunerações do Pessoal	380.230,64€	441.944,94€
Compensações Pecuniárias de Natureza Global	84.167,07€	
Encargos sobre Remunerações	66.322,90€	79.417,79€
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais a)	2.177,99€	
Gastos de Acção Social	1.774,37€	
Outros Gastos com o Pessoal	15.473,81€	4.639,66€
	550.146,78€	526.002,39€

O número médio de pessoas ao serviço da Federação, no período, é de 23 empregados.

O aumento desta rubrica deve-se principalmente aos valores relativos a Compensações Pecuniárias de Natureza Global a pagar, aos colaboradores que saíram no decorrer de 2012, face à reestruturação que a Federação de Andebol de Portugal efectuou neste período.

21. Outros rendimentos e ganhos:

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Rendimentos Suplementares	73.387,40€	
Seguros Desportivos	319.512,50€	
Correcções Relativas a Períodos Anteriores	244.142,15€	
Outros	186.433,37€	968.049,00€
	823.475,42€	968.049,00€

Do período 2011 para o período 2012 a variação verificada nesta rubrica é justificada pela transição para a normalização contabilística para entidades não lucrativas (ESNL), que implicou uma reclassificação das contas até então utilizadas.

22. Outros gastos e perdas:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Impostos	3.408,08€	0,00€
Correcções Relativas a Períodos Anteriores	70.021,76€	25.476,61€
Outros	19.039,73€	375.117,07€
Multas não Fiscais	8,40€	741,00€
Quotizações	310,00€	
Quadro Competitivo Alta Competição	1.476.376,33€	1.650.363,83€
Quadro Competitivo Nacional	1.671.759,79€	2.109.749,73€
Formação	83.225,09€	84.487,01€
Andebol 4All	36.983,70€	
Outras Actividades	293.901,94€	79.694,75€
	3.655.034,82€	4.325.630,00€

A variação verificada nesta rubrica é justificada pela transição para a normalização contabilística para entidades não lucrativas (ESNL) que implicou uma reclassificação das contas até então utilizadas. Por outro lado, assistiu-se efectivamente a uma diminuição dos gastos relativos aos quadros competitivos.

23. Gastos/reversões de depreciação e amortização:

A rubrica de gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Gastos		
Activos Fixos Tangíveis	62.583,36€	77.007,11€
	62.583,36€	77.007,11€

24. Juros e rendimentos similares obtidos:

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Juros Obtidos	929,92€	47,80€
Outros Rendimentos	1.258,40€	
	2.188,32€	47,80€

Verificou-se no período 2012 um aumento, de 2.140,52€ relativamente ao valor apresentado em 2011, que se justifica pela existência, durante o ano 2012, de depósitos a prazo.

25. Juros e gastos similares suportados:

A rubrica de juros e rendimentos similares suportados é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Juros Suportados	8.411,08€	37.587,04€
	8.411,08€	37.587,04€

A redução do valor de Juros suportados em 2012 € é justificada pelo terminus, em 2012, do financiamento obtido através do Santander Totta.

26. Locações operacionais:

O total dos futuros pagamentos mínimos das locações operacionais não canceláveis apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
	Pagamentos Futuros	Pagamentos Futuros
Entre um e dez anos	521.999,35€	16.864,92€
	521.999,35€	16.864,92€

O aumento verificado nesta rubrica, de 2011 para 2012, deve-se à operação de leaseback já referenciada em pontos anteriores deste anexo.

27. Provisões:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
29 – Provisões para riscos e encargos	160.000€			160.000€

A provisão para outros riscos e encargos foi criada, entre outros, para fazer face a eventuais riscos fiscais.

28. Associados:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Entidades Associadas	158.248,19€	2.088,07€
	158.248,19€	2.088,07€

Verificou-se um aumento, em 2012, relativamente ao valor de 2011, do valor apresentado nesta rubrica que se justifica pela necessidade de financiamento da associada And Marketing S.A.

29. Resultado Líquido do Período:

Resultado Líquido Antes Impostos	24.874,47€
IRC	(11.750,81)€
Resultado Líquido	<u>13.123,66€</u>

30. Outras Informações:

A contabilidade da Federação evidenciam saldos devedores e credores no montante de 303.820 euros denominados de IDP Contrato Suspenso, que refletem o registo da operação de subsídios atribuídos que não foram recebidos, que a Federação reclama junto do IPD, que não foram considerados no Balanço da Federação.

A Federação apresenta uma dívida fiscal relativa a dois processos de IRC de 2000 e 2001, que foram instaurados em 2005. Existe ainda um outro processo fiscal relacionado com o IVA no montante estimado de 25.000 euros.

Tribunal Tributário de Lisboa

- Proc. nº 2484/06.4BELSB (IRC 2000)
Valor: 78.258,20€
Foram apresentadas alegações, em 21.07.2008.
Aguarda-se decisão

Tribunal Tributário de Lisboa

- Proc. nº 2293/06.OBELSB (IRC 2001)
Valor: 88.808,32€
Foram apresentadas alegações, em 24.10.2008.
Aguarda-se decisão

IVA 2002

Na sequência do Recurso Jurisdicional apresentado sobre a decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, a Federação foi notificada do seu indeferimento através de notificação do Tribunal Central Administrativo Sul de 20/03/2012 (2º Juízo – 2ª Secção – Proc. 5275/12).

Posteriormente, foi apresentado requerimento para interposição de recuso para o Supremo Tribunal Administrativo, ao que o Tribunal Central Administrativo Sul respondeu, questionando que tipo de recurso se pretendia interpor.

No passado dia 20/06/2012, respondeu-se ao mencionado despacho do Tribunal, reiterando-se a vontade de recorrer para o Supremo Tribunal Administrativo, aguardando-se desde então, que nos seja comunicada da possibilidade ou não de interpor o respectivo recurso jurisdicional.

Assim, no entendimento do nosso advogado, a decisão ainda não transitou em julgado.

31. Acontecimentos após a data de balanço:

Não existiram quaisquer acontecimentos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras da Federação.

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

6

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Relatório e Contas 2012

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA**DEZEMBRO 2012**

(Método Directo)

Montantes expressos em EURO

	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Actividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes		4548776	5124974
Pagamentos a Fornecedores		-4518611	-4312612
Pagamentos ao Pessoal		-550147	-526003
Caixa gerada pelas operações		-519982	286359
Outros recebimentos/pagamentos		669262	
		149280	286359
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis		-19160	-411
Recebimentos provenientes de :			
Subsídios ao investimento		2188	
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-16972	-411
Actividades de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-14554	-245940
Juros e gastos similares		-8411	-76409
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-22965	-322349
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		109343	-36401
Caixa e seus equivalentes no início do período		32866	69267
Caixa e seus equivalentes no fim do período		142209	32866

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

MAPA ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2012	2011
Depósitos Bancários Imediatamente Imobilizáveis	142.209	32.866
Caixa e seus equivalentes		
Títulos Negociáveis		
Disponibilidades constantes do balanço	142.209	32.866

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

7

Demonstração dos Resultados por Funções

Relatório e Contas 2012

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Rubricas	31-12-2012	31-12-2011
Serviços Prestados	4.746.008	5.238.575
Custo dos Serviços Prestados	(4.411.391)	(4.653.971)
Resultado Bruto	334.617	584.604
Outros Rendimentos	281.723	75.844
Gastos Administrativos	(492.454)	(507.986)
Outros Gastos	(92.788)	(129.748)
Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	31.098	22.714
Gastos de Financiamento (Líquidos)	(6223)	(37.540)
Resultado antes de Imposto	24.875	(14.826)
Imposto sobre o Rendimento Definido	(11.751)	(10)
Resultado Líquido do Período	13.124	(14.836)

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

8

Demonstração dos Fundos Patrimoniais

Relatório e Contas 2012

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2011

Montantes expressos em EUROS (sem decimais)												
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamento s em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações nos FP	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL do Fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	503,009							(63,099)	439,910		439,910
Alterações do período:												
Primeira adopção do referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de dem.financeiras												
Realização do exced.revalor.AFT e AI												
Exced.revalor.AFT e AI e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais												
	2											
Resultado líquido do período	3								(14,836)	(14,836)		(14,836)
Resultado integral	4=2+3								(14,836)	(14,836)		(14,836)
Operações com Intituidores no Período:												
Fundos												
Subsidios, Doações e Legados												
Outras operações		(63,099)							63,099			
	5	(63,099)							63,099			
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	6=1+2+3+5	439,910							(14,836)	425,074 €		425,074

Legenda:

AFT = Activo Fixo Tangível

AI = Activo Intangível

FP = Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIONIAIS NO PERÍODO 2012

Montantes expressos em EUROS (sem decimais)												
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações nos FP	Resultado líquido do período	TOTAL TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	6	439,910							(14,836)	425,074		425,074
Alterações do período:												
Primeira adopção do referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de dem.financeiras												
Realização do exced.revalor.AFT e AI												
Exced.revalor.AFT e AI e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais												
	7											
Resultado líquido do período	8								13,124	13,124		13,124
Resultado integral	9 = 7+8								13,124	13,124		13,124
Operações com Instituidores no Período:												
Fundos												
Subsidios, Doações e Legados												
Outras operações		(14,836)							14,836			
	10	(14,836)							14,836			438,198
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	6+7+8+10	425,074							13,124			438,198

Legenda:

AFT = Activo Fixo Tangível

AI = Activo Intangível

FP = Fundos Patrimoniais

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

9

Mapa de Subsídios aos Clubes

e

Associações Regionais

Relatório e Contas 2012

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

SUBSÍDIOS AOS CLUBES E ASSOCIAÇÕES REGIONAIS

Subsídios a Clubes			
	U.m. Euros 2012	U.m. Euros 2011	
Viagens Regiões Autónomas	412.399	404.860	37,1%
Provas Internacionais	34.027	32.640	3,1%
Provas Nacionais	14.941	22.505	1,3%
Inscrições Atletas de Clubes e Fundo Perdido		808	
Seguros			
Seguros Pagos	579.398	441.315	
Seguros Recebidos	319.608	344.513	
Total Seguros Suportados pela FAP	259.790	96.802	23,3%
Subtotal	721.157	557.615	64,8%
Subsídios a Associações Regionais			
Associações – Critérios Fixos	336.144	204.990	30,4%
Desenvolvimento Regional	53.738	74.322	4,8%
Subtotal	389.882	279.312	35,2%
Total dos Subsídios para Actividades Desportivas	1.111.039	836.927	100,0%

Os subsídios a Clubes aumentaram 16,4% face ao ano transato.

Os subsídios a Associações Regionais aumentaram 34,9% face ao ano transato.

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

10

Mapa de Análise Financeira

Relatório e Contas 2012

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

MAPA DE ANÁLISE FINANCEIRA

	2010		2011		2012	
1 - Liquidez Geral	1.128.875	0,7	1.675.380	0,8	1.722.323	0,8
	1.632.840		2.062.355		2.043.129	
2- Salvabilidade	439.910	0,2	425.074	0,2	438.198	0,2
	2.458.732		2.787.417		2.907.129	
3 - Imobilizações dos Capitais Próprios	439.910	0,3	425.074	0,3	438.198	0,4
	1.330.474		1.277.896		1.007.843	
4- Imobilizações dos Capitais Permanentes	59.910	0,5	585.074	0,5	598.198	0,6
	1.330.474		1.277.896		1.007.843	
5 – Fundos Circulantes	1.128.875	0,4	1.675.380	0,5	1.722.323	0,5
	2.898.642		3.212.491		3.345.327	

1 -Se for inferior a 1 torna-se necessário acelerar o processo dos recebimentos pois trata-se de um índice de cobertura das dívidas a curto prazo.

2 -O valor normal deste rácio é 50%. Quanto menor for este valor mais difícil se torna a FAP fazer face a uma crise económica.

3-Se o rácio é superior a 1 os capitais próprios financiam os Activos não Correntes como, ainda, parte dos capitais circulantes.

4-Quando o indicador for igual à unidade o fundo de maneo líquido é nulo. Quanto menor for este indicador mais elevado é o fundo de maneo líquido.

5- Quanto menor for o seu valor maior é o montante relativo dos Activos não Correntes. Se o montante for demasiado elevado a reacção a eventuais crises económicas é mais fraca.

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

11

Certificação Legal das Contas

Relatório e Contas 2012

**DFK & Associados**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Rua Ferreira Lapa, n.º 16 - B
1150-158 Lisboa, Portugal
Tel: 351 21 324 34 90 Fax: 351 21 342 01 48
e-mail: dfk.lisboa@dfk.com.pt

Rua Dr. Manuel de Arriaga, n.º 23 - A
8000-334 Faro (Algarve), Portugal
Tel: 351 289 805 544 Fax: 351 289 801 330
e-mail: dfk.faro@dfk.com.pt

www.dfk.pt

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL**REVISÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2012**

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'P' with a long vertical stroke extending downwards.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *Federação de Andebol de Portugal*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012, (que evidencia um total de 3.345.327 euros e um total de fundos próprios de 438.198 euros, incluindo um resultado líquido de 13.124 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Direção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Federação, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações nos seus fundos próprios, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direção, utilizadas na sua preparação;
- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório da Direção com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da *Federação de Andebol de Portugal*, em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, e as alterações nos seus fundos próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório da Direção é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

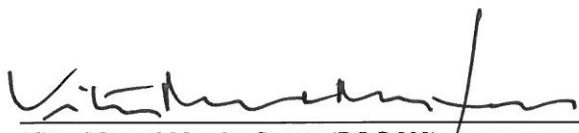
Ênfases

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9.1. Conforme referido no Anexo, no exercício de 2012, a Federação, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36 A /2011 de 9 de março, adotou a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para o Setor Não Lucrativo (NCRF -ESNL), que integra o atual Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo.

9.2. Encontram-se em curso três processos de infração fiscal onde a Autoridade Tributária e Aduaneira reclama o pagamento de aproximadamente 190.000 euros, por falta de entrega de Imposto sobre o Rendimento (IRC) nos exercícios de 2000 e 2001 e de Imposto sobre o Valor Acrescentado referente ao exercício de 2002.

Lisboa, 6 de março de 2013


Vitor Manuel Mendes Santos (ROC 939) em representação de
DFK & Associados, SROC, Lda

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

12

Relatório do Conselho Fiscal

Relatório e Contas 2012

FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL

CONSELHO FISCAL

*

Exercício de 2012

Em cumprimento do disposto no artigo 72º, alínea a) e b) dos Estatutos da Federação de Andebol de Portugal, reuniu em 8 de Março de 2013, o Conselho Fiscal para analisar os registos contabilísticos e bem assim, os documentos que lhe servem de suporte, disponibilizados pela Direcção, relativamente ao exercício de 2012.

Da referida análise, considerou o Conselho Fiscal:

- Que os documentos estão organizados e em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector das Federações Desportivas;
- Que os mesmos reflectem de forma verdadeira e apropriada, a situação financeira da Federação de Andebol de Portugal, em trinta e um de Dezembro de dois mil e doze;
- Que o Balanço relativo ao exercício de dois mil e doze, evidencia as condições necessárias para justificar a sua aprovação, pelo que PROPÕEM, que o relatório e contas da Direcção respeitante ao referido exercício seja APROVADO.

Lisboa, 8 de Março de 2013

O CONSELHO FISCAL

José Manuel Marques de Matos Rosa

Gonçalo Nuno Bertolo Gordalina Lopes

Olinto Henrique da Cruz Ravara